

CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 13/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63230.001038/2026-53

2. Descrição da necessidade

O Rancho do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), dada sua idade construtiva, apresenta limitações estruturais, funcionais e operacionais, decorrentes de deficiências na infraestrutura física, instalações prediais e fluxos internos, que comprometem a adequada prestação do serviço de alimentação aos militares e servidores.

Sendo assim, verifica-se, preliminarmente a necessidade de modernização dos ambientes, das instalações elétricas, hidrossanitárias e de climatização.

Para viabilizar futura contratação de obra de reforma, faz-se necessária a elaboração prévia de projetos básicos de engenharia, devidamente compatibilizados, que subsidiem orçamento, licitação e execução da intervenção.

A adequada infraestrutura do Rancho é essencial à manutenção das atividades institucionais da OM, uma vez que o fornecimento de alimentação integra a logística administrativa indispensável ao cumprimento da missão institucional.

A ausência de projeto técnico atualizado impede a correta estimativa de custos da reforma, aumenta o risco de aditivos contratuais e compromete a segurança jurídica da futura licitação de obra e pode gerar ineficiência na aplicação de recursos públicos.

A contratação dos projetos básicos visa definir tecnicamente as intervenções necessárias, permitir orçamento preciso com base em referenciais oficiais (ex.: SINAPI), mitigar riscos técnicos e financeiros, assegurar atendimento às normas técnicas e sanitárias com o objetivo de viabilizar futura licitação da obra com maior competitividade e transparência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura	Leandro Canto Cortázio
Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura	Victor Hugo Neto Cortez

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A futura contratação deverá contemplar, no mínimo:

Escopo Técnico

Elaboração de projetos básicos, contendo: Projeto Arquitetônico de reforma contendo Luminotécnica e Paisagismo, Projeto de Fundações e Estruturas, Projeto hidrossanitário, Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio, Projeto Elétrico e de SPDA, Projeto de Climatização, Projeto de Gás encanado (GLP), Memorial descritivo, Especificações técnicas, Planilha orçamentária sintética e analítica, Cronograma físico-financeiro, ART/RRT dos responsáveis técnicos.

Requisitos Técnicos

Responsável técnico devidamente registrado no CREA/CAU/CRT, observância às normas da ABNT aplicáveis, atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, compatibilização entre disciplinas. Entrega em formato digital editável (DWG, XLS, DOC) e PDF.

Sustentabilidade

Devem ser observadas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, incluindo soluções para eficiência energética, uso racional de água, especificação de materiais com menor impacto ambiental, previsão de gestão adequada de resíduos na futura obra.

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de Mercado – Alternativas

Alternativa 1 – Elaboração interna dos projetos pelos próprios engenheiros/arquitetos da OM.

Principais aspectos considerados: Limitação de pessoal; Sobrecarga de atribuições; ausência de especialistas em todas as disciplinas; Risco de atraso no cronograma; Caminho crítico de projeto sendo realizado pelo mesmo projetista.

Alternativa 2 – Contratação de empresa especializada (Solução Proposta)

Principais aspectos considerados: Equipe multidisciplinar; Maior celeridade; Responsabilidade técnica formal; Redução de riscos de falhas técnicas.

Conclusão: A alternativa 2 mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente eficiente.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa de engenharia para elaboração completa e compatibilizada de projetos básicos necessários à reforma do refeitório, incluindo todas as disciplinas técnicas, memoriais, planilhas orçamentárias e documentos exigidos para futura licitação da obra.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Trata-se de Elaboração de Projeto Básico (PB) para reforma do Refeitório (Rancho) do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. Conforme tabela a seguir:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Elaboração de Projeto Básico (PB) para reforma do Refeitório (Rancho) do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.	UN.	1
	2	Sondagem SPT	UN	60

Estimativas das quantidades:

I) Tratando-se de um conjunto de conjunto completo de projetos compatibilizados, o número de desenhos e documentos técnicos a serem entregues varia, devendo apenas cumprir, no mínimo as especificações técnicas atinentes ao memorial descritivo para a elaboração do Projeto Básico, anexo ao TR.

A estimativa de horas foi baseada em parâmetros de mercado para elaboração de projeto básico estrutural de edificação institucional de médio porte, considerando metodologia convencional de dimensionamento e representação gráfica.

II) Para a estimativa dos quantitativos da sondagem SPT a ser realizada foi utilizado como base o relatório de Sondagem realizado para ealaboração do PE 58/2023 cujo ponto mais profundo encontrado em terreno próximo ao local em questão foi de 30m. Sendo assim com a necessidade de se realizar dois furos no presente caso o limite máximo de metros lineares de profundidade é de 60m.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 101.025,50

Memória de Cálculo: A memória de cálculo com as composições referenciadas na SINAPI 01/2026 se encontra em documento anexo à este ETP, o Demonstrativo de Orçamento Estimado (DOE). Além disso a cotação de preços para a sondagem SPT foi realizada em contratações da administração pública e se encontra em Relatório de Pesquisa de Preço também anexo à este ETP.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Elaboração de Projeto Básico (PB) para reforma do Refeitório (Rancho) do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.	20060	UN.	1	R\$ 86.385,50	R\$ 86.385,50
	2	Sondagem SPT	973	UN.	60	R\$ 244,00	R\$ 14.640,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não é recomendado parcelamento da contratação por disciplina (arquitetura, elétrica etc.), pois há interdependência técnica entre projetos; a compatibilização exige coordenação centralizada e o parcelamento pode gerar conflitos de responsabilidade.

No entanto dado que a Sondagem SPT é essencial para o correto dimensionamento dos projetos básicos em questão e que requer mão de obra especializada para sua realização que é diferente dos profissionais de projeto optou-se pela realização do parcelamento da solução em dois itens.

Apesar do parcelamento, a melhor solução encontrada foi a inclusão dos dois itens no mesmo grupo já que por serem serviços interdependentes a empresa contratada será a responsável técnica dos projetos e deverá elaborá-los com os subsídios providos pela sondagem, fazendo com que seja mais eficiente que a contratada realize a sondagem ou subcontrate empresa de acordo com suas premissas de projeto para realizá-la.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A futura contratação da obra de reforma será diretamente dependente desta contratação utilizando os projetos e especificações técnicas entregues para elaboração do projeto executivo e execução da obra.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento institucional da Administração, tendo em vista a necessidade de modernização e adequação das instalações do refeitório institucional, visando garantir condições adequadas de preparo e fornecimento de alimentação aos usuários da unidade, observando requisitos de segurança, funcionalidade, eficiência operacional e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000166/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/01/2026;
- III) Id do item no PCA: 61 e 62;
- IV) Classe/Grupo: 833 e 835; e
- V) Identificador da Futura Contratação: 742000-44/2026.

12. Categoria do Objeto

O objeto da presente contratação enquadra-se como:

- () Compra
- () Prestação de serviço SEM dedicação exclusiva de mão de obra
- () Prestação de serviço COM dedicação exclusiva de mão de obra
- (X) Serviço comum de engenharia
- () Serviço especial de engenharia
- () Obra

13. Modalidade Licitatória

Dispensa Eletrônica: declaramos que o objeto possui padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo considerado como uma prestação de serviço comum, atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 c/c Orientação Normativa AGU nº 54, de 2014. A contratação se enquadra no inciso I, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, sendo dispensável a licitação: para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; (valores atualizados pelo DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025).

14. Participação exclusiva de ME/EPP

Como o valor estimado da contratação supera R\$ 80.000,00; não se permitida a participação exclusiva de ME/EPP. Além disso, por ratar-se de um grupo não será atribuída cota reservada para ME/EPP, nos termos do Decreto nº 8.538/2015.

Como o valor estimado da contratação supera R\$ 80.000,00, não será permitida a participação exclusiva de ME/EPP. Além disso, em virtude da natureza do objeto e por se tratar de um grupo, não será atribuída cota reservada para ME/EPP, nos termos do Decreto nº 8.538/2015.

15. Vedação de participação de Cooperativas

Admissível participação, desde que atendidos os requisitos legais.

16. Permissão de empresas em consórcio

Em princípio, não há complexidade que justifique consórcio. Recomenda-se a vedação da permissão mediante justificativa de baixa complexidade e objeto de pequeno vulto.

17. Permissão de subcontratação do objeto

Dado que o objeto é considerado como serviço comum de engenharia a entrega são projetos padronizáveis, sem inovação tecnológica de alta complexidade, o mercado tem diversas empresas aptas a entregar a solução completa sem necessidade de subcontratação. Além disso há a necessidade de compatibilização dos projetos, dificultando a subcontratação. Dado o exposto não será permitida a subcontratação desta parcela.

Quanto à Sondagem SPT, dado que este serviço é essencial para o correto dimensionamento dos projetos básicos em questão e que requer mão de obra especializada para sua realização, a parcela correspondente à esses serviços é passível de subcontratação.

18. Exigências de Qualificação Técnica

A exigência de qualificação técnica na fase de habilitação tem por finalidade assegurar que a empresa contratada possua experiência e capacidade técnica compatíveis com a complexidade dos serviços a serem executados, garantindo a adequada elaboração dos projetos básicos necessários à reforma do refeitório institucional.

O objeto da contratação envolve a elaboração de projetos multidisciplinares de engenharia e arquitetura, incluindo arquitetura, estruturas, instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), prevenção e combate a incêndio, climatização, rede de gás combustível e elaboração de orçamento detalhado da obra com cronograma físico-financeiro e curva ABC. Tais atividades demandam conhecimento técnico especializado, integração entre diferentes disciplinas de projeto e atendimento às normas técnicas aplicáveis.

Dessa forma, torna-se necessária a comprovação de experiência prévia da empresa licitante na execução de serviços de natureza semelhante, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no conselho profissional competente, demonstrando a realização de serviços compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da contratação.

A exigência de comprovação de qualificação técnica também visa reduzir riscos associados à elaboração inadequada de projetos de engenharia, tais como incompatibilidades entre disciplinas, subdimensionamento de sistemas, falhas de segurança e imprecisões nos quantitativos orçamentários, situações que podem resultar em atrasos na execução da obra, necessidade de revisões contratuais ou aumento de custos para a Administração.

As exigências estabelecidas no edital serão limitadas ao mínimo necessário para assegurar a aptidão técnica do contratado, observando os princípios da razoabilidade e da competitividade, evitando-se requisitos excessivos ou desproporcionais que possam restringir indevidamente a participação de interessados no certame.

Assim, a qualificação técnica exigida mostra-se adequada e indispensável para garantir que os serviços de engenharia sejam executados com qualidade, segurança e conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, atendendo ao interesse público e aos objetivos da contratação.

As exigências vislumbradas serão as seguintes:

TÉCNICA

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

TÉCNICO-OPERACIONAL

Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Ter elaborado projeto básico ou executivo de arquitetura para cozinhas industriais e refeitórios, e ter elaborado projeto básico ou executivo estrutural.

Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

- Elaboração de projeto básico ou executivo de arquitetura (construção, reforma, ampliação), de de edificação que contabilize, pelo menos, 100m² de área construída de cozinha, ou seja, menos de 15% da área construída da edificação objeto desta contratação.
- Elaboração de projeto básico ou executivo estrutural (construção, reforma, ampliação, reforço estrutural), de qualquer tipologia de edificação que contabilize, pelo menos, 100m² de área construída, ou seja, menos de 15% da área construída da edificação objeto desta contratação.

TÉCNICO-PROFISSIONAL

Engenheiro Civil ou Arquiteto serviços de:

- Autoria/participação na elaboração de projeto básico ou executivo de arquitetura (construção, reforma, ampliação), de qualquer tipologia de edificação que contabilize, pelo menos, 100m² de área construída de cozinha, ou seja, menos de 15% da área construída da edificação objeto desta contratação;
- Autoria/participação na elaboração de projeto básico ou executivo estrutural (construção, reforma, ampliação, reforço estrutural), de qualquer tipologia de edificação que contabilize, pelo menos, 100m² de área construída, ou seja, menos de 15% da área construída da edificação objeto desta contratação.

19. Exigência de Garantia

Garantia da Contratação

Em consonância com o art. 98 da Lei 14.133/2021, a garantia contratual solicitada será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

20. Definição de reajuste

O índice para reajuste contratual será o Índice Nacional da Construção CIVIL (INCC).

21. Execução e vigência da contratação

Prazo de Execução:

A execução dos serviços observará o cronograma estabelecido, compreendendo as seguintes fases:

As Built das disciplinas	Elaboração do projeto básico	Verificação pela contratante	Revisão conforme comentários	Verificação final pela contratante	Prazo total
20 dias	40 dias	20 dias	20 dias	20 dias	120 dias

Prazo de Entrega:

A entrega será considerada concluída mediante protocolo formal dos projetos; Entrega de arquivos digitais editáveis e em PDF; Apresentação das respectivas ART/RRT; Aprovação técnica pela Administração.

Substituição ou Correções:

Caso sejam identificadas inconsistências técnicas, a contratada deverá promover os ajustes no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional.

Vigência Contratual:

A vigência contratual deverá ser fixada em 180 (cento e oitenta) dias, contemplando prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias

22. Contrato de Escopo

A presente contratação configura contrato de escopo, pois impõe à contratada a obrigação de entregar resultado específico e previamente definido (conjunto completo de projetos básicos).

A Administração compromete-se a promover eventual aditamento contratual, dentro da vigência, caso haja necessidade de prorrogação devidamente justificada, nos termos da Lei 14.133/2021.

23. Apresentação do local de execução

Os serviços serão desenvolvidos nas dependências da contratada (elaboração técnica) com possibilidade de realização de vistorias técnicas e levantamentos presenciais no refeitório do CTMSP localizado na Av. Professor Lineu Prestes 2468, São Paulo/SP, CEP 05.508-000.

24. Enquadramento como atividade de custeio

Considerando o disposto no Decreto nº 10.193/2019 e na Portaria ME nº 7.828/2022, a contratação enquadra-se como atividade de investimento, por tratar de despesa que ampliará e melhorará a capacidade instalada do rancho.

25. Objeto relativo a Programa Estratégico

O objeto não está relacionado a Programa Estratégico da Marinha, pois trata apenas de instalações de apoio.

26. Encaminhamento para CJACM ou CJU

Dispensada a análise pela CJU/CJACM, conforme previsto no Art. 2º, da instrução Normativa AGU, de 01 de Setembro de 2021: “*Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação.*”

27. Ata de Registro de Preços

Da Adesão

Não será permitida, em virtude da natureza do objeto da contratação.

Da Prorrogação da Vigência da Ata e Renovação do Quantitativo

Não aplicável.

Intenção de Registro de Preços

Não aplicável.

28. Registro no Cadastro Técnico Federal

Em referência a esse item, não foi constatada a obrigatoriedade do registro no cadastro técnico federal.

29. Catálogo Eletrônico de Padronização

Não será utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização e os modelos contidos no referido portal, pois o objeto desta contratação não está contido no catálogo informado. Ademais, informamos que foi observado o princípio da padronização nesta contratação.

30. Informações Complementares para o Objeto

Declaramos que o objeto a ser licitado não se enquadra como “bem de luxo”, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, ou seja, não são dotados de ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Grupo.

Formalização do acordo através de: Contrato.

Há a necessidade de obrigação futura e/ou assistência técnica? Não

Forma de Fornecimento: Parcelado.

Item Sustentável: Não.

Forma de Lance: Menor Valor por Grupo.

Orçamento Sigiloso: Não.

31. Publicidade das Informações

A publicidade das informações quando da utilização de recursos públicos licitação, contratos administrativos é a regra, conforme art. 7º (item VI) da Lei nº 12.527/2011 combinado com o art. 6º da Lei nº 10.947/2022.

Todavia, em atenção ao art. 7º, de ambas as legislações supracitadas, existem casos em que tal publicação é dispensada.

Nesse contexto, acrescenta-se a necessidade de obter aprovação prévia do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a publicidade de dados, informações e atos administrativos relativos ao PNM e aos contratos que o suportam.

Face ao exposto, a presente contratação NÃO possui limitação quanto à sua publicidade.

32. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proporcionará os seguintes benefícios: redução de riscos técnicos na futura obra; projetos compatibilizados; orçamento mais preciso; redução da probabilidade de aditivos; maior previsibilidade orçamentária; mitigação de sobrecustos; ampliação da competitividade na futura licitação da obra; segurança jurídica; planejamento adequado da intervenção; melhor aproveitamento de recursos públicos; possibilidade de incorporação de soluções sustentáveis; e melhoria da eficiência energética e hídrica.

33. Providências a serem Adotadas

Antes da contratação, a Administração deverá disponibilizar plantas e documentos existentes, layout pré aprovado pelo Diretor da OM e providenciar autorizações internas pertinentes.

34. Possíveis Impactos Ambientais

Por se tratar de serviço intelectual (elaboração de projetos), os impactos ambientais diretos são mínimos. Impactos indiretos (na futura obra) poderão ser mitigados mediante especificação de materiais sustentáveis, previsão de gestão de resíduos, soluções de eficiência energética e sistemas de economia de água.

35. Regime de Execução

Considerando que a contratação enquadra-se como serviço de engenharia, o regime de execução escolhido é o de Empreitada por Preço Global, pois o escopo está claramente definido, a entrega de produto final determinada, inexistência de necessidade de medição por unidades e maior previsibilidade de custos.

36. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

36.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é:

- Tecnicamente viável, pois há oferta consolidada no mercado de empresas aptas à elaboração de projetos básicos de engenharia;
- Economicamente viável, considerando que o custo do projeto representa percentual reduzido frente ao valor estimado da futura obra e reduz significativamente riscos de sobrepreço e aditivos; e
- Administrativamente necessária, para viabilizar futura contratação da reforma do refeitório com segurança jurídica e técnica.

Dessa forma, a Equipe de Planejamento manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação.

37. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LEANDRO CANTO CORTAZIO

Chefe do Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura

VICTOR HUGO NETO CORTEZ

Ajudante do Departamento de Gestão de Projetos e Infraestrutura